

Debate sobre expurgo monopolizou a reunião

Brasília — Desindexar é preciso. O pacote não será eficaz sem um mecanismo que evite o repasse a salários, rendimentos e ativos financeiros dos efeitos inflacionários das medidas ontem adotadas. Essa foi a opinião unânime dos representantes do setor privado no Conselho Monetário Nacional ao deixarem ontem o prédio do Ministério da Fazenda, após mais de quatro horas de reunião.

— Eu pensei que só a minha mãe concordava comigo nessa medida (desindexação). Estou satisfeito de ouvir o que estão dizendo.

A declaração, segundo um dos membros do Conselho Monetário Nacional, foi do Ministro do Planejamento, Delfim Neto, dirigindo-se aos representantes da iniciativa privada, que se haviam declarado favoráveis à desindexação da economia.

Começou com Stabile

Durante duas horas, das quatro e meia da reunião, os conselheiros discutiram o ponto crucial das medidas: a retirada total dos subsídios e os reflexos desta medida na economia. Os representantes dos empresários inicialmente estavam sendo cautelosos nas suas observações sobre a retirada do subsídio, mas o Ministro do Planejamento solicitou que cada um explicasse melhor seus pontos-de-vista e revelasse com sinceridade o que pensavam e sugeriam.

Tudo começou quando o Ministro da Agricultura, Amaury Stabile, ao falar dos aumentos na sua área, decorrentes da retirada do subsídio, disse que eles seriam repassados aos consumidores. Foi o bastante para que os representantes da iniciativa privada dessem os primeiros sinais de que eram favoráveis à desindexação. E o suficiente para que o Ministro Delfim Neto, que defende a desindexação da economia, os estimulasse a tratar do assunto.

Em todas as 29 frases que construiu da reunião do CMN, o presidente da FIESP, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, usou a palavra expurgo e recorreu ao Mestre Aurélio para explicá-la: "ato de purificar, corrigir e emendar". Se o impacto das medidas não for retirado dos reajustes salariais, disse, haverá uma recessão profunda no país, com uma inflação assustadora e nenhum investimento.

Exibindo cálculos da FIESP, o empresário demonstrou que um expurgo do INPC significa uma pedra do poder aquisitivo de 7% nos próximos seis meses. Sem o expurgo, porém, o trabalhador perderá 15% de poder de compra se a inflação pular dos 130% atuais para 160%, argumentou. Para Vidigal — que apelou aos deputados e senadores para que compreendam a necessidade da desindexação — a fórmula salarial ideal seria a livre negociação acima de três salários mínimos.

Se os efeitos inflacionários das medidas tomadas ontem forem expurgadas tanto do INPC quanto da correção monetária, ninguém será prejudicado, acredita o empresário Abílio Diniz, presidente do Grupo Pão de Açúcar. Diniz considerou a retirada dos subsídios ao petróleo e ao trigo a medida mais importante tomada pelo Governo.

A desindexação tem de ser imediata e não pode demorar nem 15 dias, acha o presidente do Banco Econômico, Angelo Calmon de Sá, para quem a solução final para essa questão terá de sair do Congresso.

— Se não houver uma desindexação, os efeitos do pacote serão anulados em prazo muito curto — advertiu.

Também ele acredita ser necessário aplicar um redutor ao INPC e à correção monetária.

Em São Paulo, ao falar a empresários do setor de Informática, o diretor da Cacex, Carlos Viacava, também defendeu o expurgo dos aumentos corretivos de preços do cálculo do INPC. "Não podemos realimentar o INPC com todos esses aumentos", disse Viacava.